

## Advogados presos na Xequete-Mate obtêm cela especial

Os advogados presos durante a Operação Xequete-Mate, desencadeada na segunda-feira (4/6) pela Polícia Federal, conseguiram na Justiça o direito à cela diferenciada. Eles estão no presídio federal de Campo Grande e, por conta da decisão, devem ser transferidos para Comando Geral da Polícia Militar, na cidade. Ainda não há previsão de quando isso acontecerá. A transferência depende de espaço no quartel da PM, que já conta com outros oficiais presos na Xequete-Mate e policiais que cumprem penas disciplinares.

O pedido da OAB à Justiça foi feito depois que o advogado Márcio César de Almeida Dutra passou mal na última quarta-feira por volta de 20 horas. A suspeita era de que ele teria sofrido um Acidente Vascular Cerebral (AVC), mas a PF informou que foi apenas uma crise de hipertensão. Ao ir à Justiça, a OAB quis garantir um local mais confortável para os advogados até o fim da prisão temporária, que vencerá na madrugada de sábado. Dutra continuava internado no início desta tarde de quinta na Santa Casa de Campo Grande.

Nesta quinta-feira, seis delegados da PF deram início à análise do que foi juntado durante a operação, principalmente os depoimentos de 79 das 85 pessoas acusadas na operação – seis ainda estavam foragidas. Os advogados de Nilton Cezar Servo, apontado como chefe da máfia dos caça-níqueis, e de Dario Morelli Filho, compadre do presidente Lula, pediram relaxamento da prisão temporária de seus clientes. Os CDs contendo gravações telefônicas e outros autos que levaram à prisão dos envolvidos deverá ser entregue nesta sexta-feira.

### Depoimento

O último depoimento da Operação Xequete-Mate foi de Servo. Durante 12 horas, ele respondeu a todas as 64 perguntas feitas pelos policiais. Ele foi indiciado em quatro crimes: contrabando, corrupção ativa, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

Servo é dono de casa de bingo e foi preso sob a acusação de contrabandear máquinas de caça-níqueis do Paraguai e distribuí-las em vários Estados. O empresário se apresentava como amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo pessoas que o conhecem ouvidas pelo Estado, e é amigo do irmão mais velho do presidente, Genival Inácio da Silva, o Vavá, também indiciado pela PF por tráfico de influência no Executivo e exploração de prestígio na Justiça em troca de favorecimento a empresários dos bingos.

A PF acredita que Vavá recebia dinheiro de Servo em troca da promessa de conseguir benefícios no governo, segundo publicado na edição desta quinta-feira do jornal Folha de S. Paulo. Os valores variavam de R\$ 2 mil a R\$ 3 mil. A investigação da xequete-mate inclui ainda na lista o compadre de Lula, Dario Morelli Filho.

Ex-deputado estadual do Paraná na legislatura de 1991 a 1995, Servo se notabilizou por tentar legalizar o jogo do bicho. A proposta ficou conhecida como “zooteca” e foi rejeitada. Como empresário do jogo, Servo travou grande batalha com o governo do Paraná – que proíbe bingos – desde 2003. A casa da qual era sócio em Curitiba, o Kennedy Center Bingo, foi uma das últimas a fechar as portas, há cerca de um

ano.

## **Histórico**

A Xeque-Mate, segundo balanço divulgado pela Polícia Federal, capturou 77 pessoas em seis Estados – São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Rondônia, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Cerca de 600 agentes foram mobilizados. Entre os presos estão empresários, advogados e policiais civis e militares acusados de receber propinas para facilitar as atividades da organização.

A Polícia Federal explicou que o trabalho estava concentrado no contrabando e, depois, apurou suposto esquema de corrupção de policiais e envolvimento com tráfico de drogas e tortura. A operação identificou cinco supostas quadrilhas ligadas à importação e exploração de caça-níqueis.

Segundo a PF, a máfia controlaria toda a parte operacional do esquema e o pagamento de propinas. Os equipamentos eletrônicos usados nas máquinas chegavam ao Brasil pelo Porto de Santos, eram discriminados como peças de computador e transportados para Mato Grosso do Sul. Segundo a Polícia Federal, o esquema rendia às ramificações da organização de jogos de azar pelo menos R\$ 250 mil por dia. A propina paga a policiais e advogados variava entre R\$ 2 mil e R\$ 10 mil.

*Agência Estado*

## **Date Created**

07/06/2007